

CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO INSTITUTO PROFISSIONAL JOÃO ALFREDO (1894-1932)

SCHOOL MATERIAL CULTURE IN THE JOHN ALFREDO PROFESSIONAL INSTITUTE (1894-1932)

Maria Zélia Maia de Souza¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo central analisar, na perspectiva da cultura material escolar, a reorganização e transformações físicas e pedagógicas do Instituto Profissional João Alfredo. Instituição de assistência social escolar que funcionou no Rio de Janeiro de 1894 a 1930 à parte das escolas regulares. O público alvo desta instituição eram meninos desvalidos na faixa etária compreendida entre os 12 anos e 15 anos de idade. Indico os principais problemas da cidade do Rio de Janeiro enfrentados pelos gestores da então Capital Federal. Em seguida apresento as condições materiais de reorganização das ações pedagógicas da referida instituição considerando a noção de cultura material escolar e a fertilidade do uso dessa categoria para a percepção dos elementos constitutivos das práticas escolares da instituição em exame.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar. Assistência Social. Espaço Escolar.

Abstract

The main objective of this work is to analyze, from the perspective of school material culture, the reorganization and physical and pedagogical transformations of the Instituto Profissional João Alfredo. School social assistance institution that functioned in Rio de Janeiro from 1894 to 1930, apart from regular schoolchildren. The target audience of this institution were underprivileged children between 12 and 15 years of age. I indicate the main problems of the city of Rio de Janeiro faced by the managers of the then Federal Capital. Next, I present the material conditions of reorganization of the pedagogical actions of this institution considering the notion of school material culture and the fertility of the use of this category for the perception of the constitutive elements of the school practices of the institution under examination.

Keywords: School Material Culture. Social assistance. School space.

Introdução

A escola em sua dimensão social, política e cultural, apesar de se constituir quanto instituição democrática dentro da sociedade, sofre diversas influências em nível macroestrutural e microestrutural em seus processos organizacionais, culminando em diferentes formas de gestão desses espaços. A escola, em sua dimensão cultural, apresenta uma perspectiva macro e micro, a primeira refere-se à relação estabelecida entre escola e sociedade; a última está relacionada as próprias formas culturais que a instituição produz e transmite (SCHMITT, 2018). Em uma perspectiva histórica destaca-se que a escola não se limita a reproduzir a cultura que lhe é exterior e sim produzir a sua própria cultura.

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação/Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora

Salienta-se que escola e cultura não se caracterizam por relações dissipadas, sendo a instituição educacional indubitavelmente uma instituição cultural (MOREIRA e CANDAU, 2003). O uso dessa categoria associada ao significado de materiais os mais diversos, que só produzem sentido pelo uso que os atores educativos fazem deles, é o que justifica, em parte, a emergência da categoria “cultura material escolar”. Nesse sentido, o exame da materialidade escolar permite a apreensão de cada objeto e de sua função para a percepção das práticas escolares.

Dessa forma, o objetivo central deste texto é analisar, na perspectiva da cultura material escolar, a reorganização e transformações físicas e pedagógicas do Instituto Profissional João Alfredo, instituição de assistência social escolar, que difere da escola regular.

O Instituto Profissional João Alfredo na cidade do Rio de Janeiro: urbanização/higienização e industrialização

Em 2 de março de 1898, o prefeito do Distrito Federal Ubaldino do Amaral (1842-1920) escrevia ao Conselho Municipal sobre diversos assuntos relativos à sua competência administrativa. Dentre vários pontos, referiu-se ao Instituto Profissional João Alfredo (IPJA). Esta instituição, outrora Asilo de Meninos Desvalidos, assumia novos rumos de feição profissionalizante, o que lhe era motivo de orgulho, que assim dizia:

o Instituto Profissional [João Alfredo], sob a direção do Dr. José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, compensa amplamente os grandes sacrifícios que tem custado ao Distrito. É a mais democrática das academias, viveiro de mestres para as indústrias, cursos de estudos práticos para os ofícios mecânicos, a melhor das escolas de trabalho [...] (MENSAGEM, 1898. *Apud.* BRAGA, 1925, p. 70).

Tendo como ponto de partida a afirmação de Ubaldino do Amaral sobre o IPJA, meu objetivo desse item é apresentar a concepção de assistência pela profissionalização, direcionada aos chamados jovens desvalidos, na faixa etária compreendida entre 12 e 15 anos de idade, nos anos de 1894 e 1932. A formação completa dos jovens alunos do IPJA variou entre seis e quatro anos e abrangeria três cursos, quais sejam: Ciências, Letras, Artes e Profissional. No curso profissional, de acordo com os vários regulamentos consultados² havia a previsão do ensino de ofícios diversos, como, alfaiate, sapateiro,

² Decretos localizados e consultados que regulamentaram o ensino ministrado pelo Instituto Profissional João Alfredo no período em estudo (1894 a 1932).

1894 – Decreto n.º 31 de 29 de dezembro – transfere o Asilo de meninos Desvalidos da Diretoria de Higiene e Assistência Pública para a de Instrução e muda a sua denominação para Instituto Profissional; 1897 – Decreto n.º 07 de dezembro – Regulamento o ensino profissional; 1898 – Decreto n.º 101 de 9 de dezembro –

carpinteiro, marceneiro, torneiro, encanador, ferreiro e entalhador. Em 1916, por meio do Decreto nº 1.066 de 19 de abril, o ensino profissional sofreu modificação significativa: os ofícios foram agrupados por seções – madeira, metal, folha de metal, estuque e tinta, couro, tijolo, pedra e cimento, palha, vime e bambu, eletrotécnica e trabalhos rurais – e a especialização por um único ofício, extinguiu-se. A discussão desse “novo” tipo de formação se intensificou e, quando da reforma Fernando de Azevedo, em 1927, o IPJA se especializou em eletrotécnica e mecânica. Nesse cenário, o curso profissional, teórico e prático passou a ter duração de 4 anos, dos quais o último constituiria o curso de aperfeiçoamento (BOLETIM DA PREFEITURA, 1928, p. 106).

Diante desse cenário, minha hipótese é de que a questão que se apresenta para aquele momento era a educação de jovens para uma inserção mais qualificada na sociedade. Isto é, uma aprendizagem profissional, sem perder a dimensão assistencialista, mas que não é mais tal qual desenvolvida no século XIX, ou seja, abrigar, alimentar e ensinar um pequeno ofício. Doravante, o interesse é o ensino de profissões consideradas de “grande futuro”, como preconizado pelo Prefeito Pereira Passos (1836 – 1913) em 1905 e, posteriormente, por Fernando de Azevedo (1894-1974) em 1927. Observa-se que a organização do IPJA ocorreu de forma tal que a instituição exercesse um conjunto de três funções: abrigo (casa), instrução (escola) e profissionalização (oficina). Portanto, apesar do que foi preconizado pelo prefeito Ubaldino do Amaral de que o IPJA era essencialmente profissional, há de se interrogar o quanto de assistencialismo ainda esteve presente na instituição, e ainda como se deu a articulação das políticas de assistência da época com a educação profissional. Como educadores e advogados debateram sobre a necessidade de organizar a proteção da criança pobre que não fosse somente por meio da filantropia ou da caridade cristã? Dessa forma, no contexto de reformas urbanas e processo de industrialização em curso, interrogo o que significava proteger a criança desvalida no Rio de Janeiro da Primeira República?

Nesse ponto é importante destacar que a criação do IPJA integra diferentes mudanças na cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar, dentre elas, a

Publica novamente o Regulamento do Instituto Profissional; 1902 – Decreto n.º 7 de dezembro – Regulamento o ensino profissional; 1905 – Decreto n.º 282 de 27 de fevereiro – novo Regulamento ao ensino Profissional; 1910 – Decreto nº 796 de 20 de agosto – O Instituto profissional passa a denominar-se Instituto Profissional João Alfredo; 1911 – Decreto nº 838 de 20 de outubro – Reforma a lei do ensino primário, normal e profissional e dá outras providências; 1916 – Decreto nº 1.066 de 19 de abril – Novo regulamento para as escolas profissionais (In: BRAGA, 1925). 1927 – Decreto nº 2.940 de 22 de novembro de 1927; 1932 – Decreto nº 3.864, de 30 de abril de 1932, segundo o qual “o ensino profissional ficava dividido em cursos secundários gerais e profissionais” (SILVA, 1936, p. 183).

urbanização/higienização da cidade. Quanto a esse aspecto, desde o século XIX, a paisagem natural da cidade do Rio de Janeiro esteve associada à insalubridade e, portanto, sujeita à intervenção planejada, como nos apresenta o seguinte documento.

a) O clima do Rio de Janeiro passa geralmente por mau, e entretanto não há outro melhor no mundo. O que é realmente doentio limita-se ao vale pantanoso em que está edificada a cidade; e isto mesmo é devido à nossa falta de indústria. Se nos propusermos a destruir os defeitos naturais, que aqui existem, não seremos, por certo, tão freqüentemente vexados, por essas epidemias, que tantos sacrifícios nos custam.

Diretoria das obras municipais, em 20 de setembro de 1843.

O Diretor

Henrique de Beaurepaire Rohan.

3

No entanto, esta não foi uma questão exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, mas um problema que envolveu outras grandes cidades que também sofreram reformas ao longo dos séculos XIX e XX. Refiro-me às reformas europeias de Paris, Londres, Viena, Berlim, e às brasileiras, em Vitória, Recife, Belo Horizonte, entre outras, sempre buscando atender às necessidades de deslocamento, de trabalho, de uma determinada estética, ou seja, do cultivo do belo, da harmonia e da ordem. Certamente, estas preocupações orientaram os engenheiros daquela época, quando as proposições tiveram, como objetivo principal, a emergência de uma nova ordem urbana (VEIGA, 2000, p. 401).

Nesse contexto, segundo Schueler (1999), é importante salientar que,

o processo crescente de urbanização, ocorrido nas principais capitais de Províncias do Império do Brasil durante o século XIX, não estava associado, como nos países europeus, ao desenvolvimento das grandes indústrias, movimentadas pelo capitalismo. De maneira muito peculiar, as cidades oitocentistas brasileiras, antigas sedes da administração colonial portuguesa, conservaram as suas tradicionais funções burocráticas, comerciais e portuárias. Através dos seus portos, circulavam os produtos agrários destinados ao mercado externo, entre eles o açúcar nordestino, o café fluminense, o charque das Províncias do Sul e muitas outras riquezas, além de uma multidão de objetos, produtos, livros, ideias, homens, mulheres e crianças, provenientes de longínquas terras estrangeiras (SCHUELER, 1999, p. 60)

³ Fonte: ROHAN, Henrique Beaurepaire. **Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro** (publicado originalmente em 1843). I.H.G.B., separata do vol. 275 – abril/junho de 1967. Deptº Imprensa Nacional, 1968.

Contribuindo para essa discussão, Foucault (1979) informa que foi na segunda metade do século XVIII que se verificou o problema da unificação do poder urbano. Dessa forma, sentiu-se a necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependente de um poder único e bem regulamentado.

Esse mesmo autor apresenta duas razões para a produção dessa unidade. A primeira é de ordem econômica: com a emergência da industrialização, a cidade tornou-se um lugar de produção. Essa nova condição faz com que se recorra a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes, como referido. A segunda refere-se à ordem política: o desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre que vai tornar-se, no século XIX, o proletariado, o que contribuiu para o aumento das tensões políticas no interior da cidade (FOUCAULT, 1979, p. 86-87).

Sobre a cidade Rio de Janeiro, o belo se transformou em sinônimo de salubridade, que adquiria visibilidade por meio de reformas urbanas que também incluiu um conjunto de questões, quais sejam: sanitárias, tecnológicas, estéticas, econômicas e educacionais. Portanto, a transformação do ambiente da cidade do Rio de Janeiro, associado ora à insalubridade ora às questões educacionais e assistenciais, esteve presente nas preocupações de autoridades brasileiras e tem sido objeto de reflexão de alguns estudiosos, dentre eles, Chalhoub (1997), Gondra (2000, 2004) e Rizzini (1993).

Nesse sentido, é correto o entendimento de que tornar a cidade do Rio de Janeiro em condições de salubridade pública significava que o poder público, sob o manto “da ideologia da higiene”, iria alterar o cotidiano de parte de sua população (CHALHOUB, 1997, p. 35).

Com relação a organização político-administrativa das competências federal e municipal estas alteraram-se, sendo regulamentada por meio da Lei Orgânica n.º 85 de setembro de 1892⁴, também conhecida como Lei Orgânica do Distrito Federal. Por meio desta nova organização administrativa, no lugar do Conselho da Intendência Municipal,

⁴ Vários serviços foram transferidos da competência da União para a municipalidade. CAPITULO VIII - DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS em seu Art. 58 passou a ser de competência do governo municipal do Distrito Federal os seguintes serviços, antes a cargo da União: a) limpeza da cidade e das praias; b) assistência à infância, compreendendo o Asilo dos Meninos Desvalidos e a Casa de S. José; e) higiene municipal; d) Asilo de Mendicidade; e) Corpo de Bombeiros; f) instrução primária, seu pessoal e material; g) esgotos da cidade; h) iluminação pública (Coleção de Leis do Brasil - 1892, Página 84 Vol. 1). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html> Acesso em de junho de 2019.

criaram-se dois poderes: o Conselho Municipal⁵, com funções legislativas, e o Prefeito, com funções executivas. Enquanto o Conselho seria formado por 27 intendentes eleitos por voto popular, o prefeito seria nomeado pelo presidente da República, *ad referendum* do Senado Federal (SAES, 2008, p. 168).

No que se refere ao Conselho Municipal, tinha poder de voto sobre as ações dos prefeitos. Sete anos após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, Olavo Bilac (1865-1918), um apaixonado por “sua Sebastianópolis”, como assim a denominava, queixava-se do estado em que se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

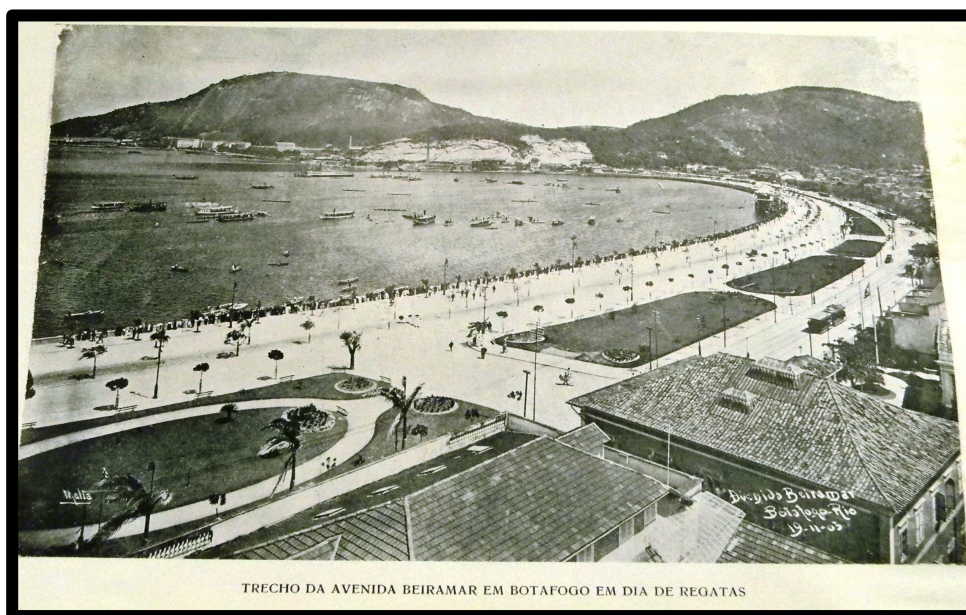
Ah! quem poderá viver bastante para te ver saneada, ó cidade do Rio de Janeiro? (...) Os dias passam, e a gente continua a esperar que as redes aperfeiçoadas de esgotos, as drenagens do solo e os abastecimentos d’água caiam do céu por descuido, como se o céu tivesse algum interesse nisso (Gazeta de Notícias, 30 de julho de 1899).

Apesar desse desabafo, Olavo Bilac só veria mudanças significativas em “sua Sebastianópolis” em 1902, quando da eleição e posse do novo Presidente da República, o paulista Rodrigues Alves, um dos principais defensores da adoção de um regime forte na capital como forma de promover mudanças radicais na “velha cidade” de São Sebastião. Desse modo, ao colocar em prática suas ideias, tratou de comandar uma verdadeira operação política: cuidou da suspensão temporária das funções do Conselho Municipal (Lei n.º 939 de 29 de dezembro de 1902) e da nomeação daquele que deveria cumprir o papel de artífice das mudanças, o engenheiro Pereira Passos que ocupou o cargo de prefeito entre 1902-1906 (FREIRE, 2003, p. 145).

O prefeito Pereira Passos, por sua vez, projetou e executou alargamentos e abertura de novas ruas para melhorar e sanear a cidade do Rio de Janeiro. A propósito, Calmon (1939, p. 169) nos traz notícias daqueles tempos ao relatar que “para onde se voltavam os fundos das casas do Flamengo, e em lugar das humildes praias da Glória e de Botafogo, desata-se agora, asfaltada, a Avenida Beira Mar”.

⁵ Sobre estudos acerca da Instrução Pública na cidade do Rio de Janeiro, a partir das ações realizadas pelos intendentes do Conselho Municipal, entre os anos de 1892 e 1902, consultar TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso: O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902)**. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2009.

Figura 1 – Fotografia de um trecho da Avenida Beira Mar. Fotógrafo: Augusto Malta. 1903



Fonte: Mensagens do prefeito – 1903

Na figura 1, datada de 19 de novembro de 1903, de autoria de Augusto Malta, e integrante dos anais das Mensagens dos prefeitos de 03 de abril de 1906, vê-se um trecho da Avenida Beira-Mar. A construção da referida avenida, bem como a abertura da Avenida Central (posteriormente Av. Rio Branco) fizeram parte dos projetos reformistas de Pereira Passos.

Contudo, se por um lado as reformas urbanas, da gestão de Pereira Passos, produziram a valorização do espaço da cidade, por outro, produziram efeitos sociais cuja visibilidade foi percebida na desapropriação de inúmeros imóveis (SILVEIRA, 2004).

Essa ação governamental constituiu-se num dos responsáveis pela formação das primeiras favelas da cidade, pois ao destruir grande número de habitações coletivas, praticamente não reservou outras áreas para a localização da população pobre desalojada [...] No lugar do casario humilde demolido para a construção da grande avenida foram erguidos prédios monumentais que significaram um vigoroso impulso à emergente indústria da construção civil (SILVEIRA, 2004, p. 68).

Ademais, importa considerar que o Rio de Janeiro, com seus progressos e problemas, já nos anos de 1910, contava com uma população de 691.565 habitantes, alcançando um crescimento demográfico na ordem de 1.157.873 nos anos de 1920⁶.

⁶ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Ano V e serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_pdf/populacao/1950/populacao1950aeb_02.pdf Acesso em junho de 2019.

Nessas condições, é possível perceber, nas mensagens lidas ao Conselho Municipal, parte dos problemas (não homogêneos) próprios desta cidade, cuja solução guardava alguma semelhança com aquelas adotadas no período imperial. Ou seja, intervir nos costumes da maioria da população, ou seja, nas habitações ou na falta delas para os operários (Mensagem do Prefeito do Distrito Federal, 1911), na difusão e regulamentação da educação pública e, portanto, na diminuição do analfabetismo (NOFUENTES, 2006), na dispersão e diversão de parte da população (Mensagem do Prefeito do Distrito Federal, 1914), na profissionalização dos menores pobres, na continuidade das intervenções na paisagem da cidade, visando à produção de uma nova estética.

Na década de 20, o prefeito e engenheiro civil Carlos Sampaio (1861-1930), cujo mandato foi de 1920 a 1922, tratou de captar recursos financeiros para colocar em prática algumas de suas metas de administração – um ambicioso e extenso programa de obras de saneamento e embelezamento, encabeçado pelo arrasamento do morro do Castelo e pela realização da Exposição Internacional de 1922 (KESSEL 2001, p. 65).

A preocupação com a estética da cidade permanece na gestão de Alair Prata (1882-1964) nos anos de 1922 – 1926, bem como no governo de Antônio Prado Junior (1880-1955) nos anos de 1926-1930, cujo principal objetivo era o de transformar a cidade do Rio de Janeiro em Cidade Maravilhosa. No entanto, esta cidade não era, para muitos, tão maravilhosa assim (NUNES, 1996, p. 170). Nesse sentido, o *Jornal do Brasil*, no dia 31 de janeiro de 1925, publicava a seguinte notícia:

Quem percorrer as estalagens, as casas de cômodos – casarões humildes, sem ar, sem luz, quem se der ao incomodo de peregrinar pelas baiúcas da favela, da “Nova Portugal”, pelo morro de Santo Antônio, pelas ruas mais humildes da Saúde, da Praia da Formosa, de Catumbi, dos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina, compreenderá melhor o pensamento dos que vêem crianças miseráveis, sem amparo, mirando-se na sordidez ou educando o espírito no vício que as rodeia, dia a dia sem o menor apreço das autoridades competentes.

[...] Mas os cenários dessa natureza multiplicam-se pela cidade inteira. É a pobreza. É a orfandade.

O obituário, neste sentido é expressivo. De outro lado, a observação revela que a maioria dos criminosos desta cidade provém das baiúcas desses morros íngremes, onde não há escolas, polícia, higiene (*Jornal do Brasil*, 31/01/1925, *apud* CAMARA, 2010, p. 77).

Já Calmon (1939), ao referir-se ao embelezamento da zona sul do Rio de Janeiro, criticava os prefeitos reformistas que, se por um lado estariam “inventando paisagens turísticas, orientando o povoamento, já dispersivo, centrifugo”, por outro, estariam contribuindo para que os “môrros completassem a sua função de refúgio da pobreza” (CALMON, 1939, p. 169).

Renovando tradições antigas, reforçando e construindo novos laços de solidariedade (a ajuda mútua), os populares realizaram ajustes em seu modo de vida, os quais lhes permitiram sobreviver à ânsia demolidora – e acumuladora de capital – da grande burguesia comercial da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX (CHALHOUB, 1997). Embora o pobre urbano sofresse as consequências da falta de moradia, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade atraente e mais saudável para os detentores de mais recursos econômicos e para os estrangeiros (HAHNER, 1993, p. 169).

No que diz respeito ao processo industrial que se encontrava em curso desde os tempos do Brasil imperial e, portanto, das mudanças nas relações de trabalho e necessidades de investimento na qualificação profissional, segundo Schueler (1999), desde pelo menos a segunda metade do século XIX, o Estado

manifestava a intenção de promover a educação e, desse modo, interferir no cotidiano das famílias populares. Educar, no sentido de difundir valores morais e comportamentos, instruindo por meio da alfabetização e do ensino de ofícios artesanais ou agrícolas, seriam ações fundamentais para um Estado que necessitava manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que implodia, tanto do ponto de vista de sua base - fim da escravidão - quanto em relação à grande complexidade social (SCHUELER, 1999, p. 20).

No final do século XIX e início do XX, São Paulo e Rio de Janeiro já ocupavam lugar de destaque quanto ao crescimento industrial. De acordo com Hahner (1993),

estas cidades ofereciam maiores mercados regionais para os produtos industrializados, assim como capital, trabalho, meios de transporte e relações de governo [...] Apesar do Rio de Janeiro continuar ainda por um bom tempo como a maior cidade e o maior mercado do país, São Paulo tomaria seu lugar como centro industrial mais importante por volta de 1920 (HAHNER, 1993, p. 95-96).

Esse conjunto de fenômenos de natureza social e econômica – distribuição geográfica das pessoas em situação de pobreza nas encostas do Rio de Janeiro; necessidade de proteção de crianças e jovens desvalidos; processo de industrialização em curso – pode ter contribuído para justificar as seguintes palavras de Carneiro Leão (1918),

a educação, principalmente a industrial, que faz a prosperidade desses povos. Nesse sentido, eduquemos também a nossa gente. Acabemos com o analfabetismo. Mas não é tudo. Façamos um pouco de ensino prático ao lado de nossas tendências theoricas e gosto clássico. Diffundamos o ensino manual nas escolas primárias para despertar o gosto pelo trabalho productivo, o desejo de iniciativa, o amor da afirmação individual, a ancia do esforço próprio. Em seguida criemos escolas profissionaes para tudo. A principio será um tanto difficil, mas depois tudo se facilitará (CARNEIRO LEÃO, 1918, p. 74).

Deve-se considerar que, segundo Silva (2006), Carneiro Leão não questionava o modelo social existente, e sim sua organização, pois acreditava que a educação seria fundamental para isso, já que contribuía para “igualar” os homens, tornando-os cidadãos da República.

Cultura material escolar: ttransformações físicas e pedagógicas no Instituto Profissional João Alfredo

Silva (2009) ressalta que a escola “[...] é perpassada por significativos elementos culturais, compostos por símbolos, rituais e códigos específicos de uma determinada sociedade, que induzem a relações peculiares e coerentes com a história social constituída” (SILVA, 2009, p. 309). Na organização do espaço escolar a escola opera de maneira interpretativa com relação às conjunturas sociais, políticas, podendo esta organização ser observada, inclusive por meio das dimensões político-culturais presentes no dia a dia da instituição escolar.

Numa perspectiva histórica esse fenômeno das dimensões político-culturais pode ser observado no IPJA por meio do projeto reformista elaborado por Pereira Passos, em 1902. Aquela autoridade constituída autorizou a instalação de aparelhos para o fornecimento de luz e força elétricas com vistas à energia destinada aos motores da respectiva oficina. Em maio de 1903, a luz elétrica foi instalada para iluminação geral dos edifícios que formavam o conjunto arquitetônico do IPJA. Devido aos casos de peste bubônica⁷ que aconteceram no estabelecimento naquele mesmo ano, o prefeito Pereira Passos autorizou, também, a pintura geral do conjunto de edifícios, reforma nos aparelhos sanitários, melhor canalização d’água, etc. (BRAGA, 1925, p. 77-78).

Em mensagem ao Conselho Municipal no ano de 1905, Pereira Passos prestava contas dos melhoramentos materiais pelos quais o IPJA passara e alegava que “outros se devem ainda realizar, como complemento de reformas que se tem de fazer ali, para adaptá-lo completamente à sua função educativa industrial” (MENSAGEM, 1905, p. 106).

A instalação da energia elétrica, provavelmente, seria facilitadora da implementação da “função educativa industrial” no IPJA, segundo proposta de Pereira Passos. Inclusive, há indícios de que houve um movimento nessa direção, pois, em carta datada de 24 de maio de 1910, os representantes da “Guinle & Cia” escreveram ao Prefeito do Distrito Federal, relatando o seguinte:

⁷ No início do século XX “as principais epidemias combatidas pelos órgãos públicos foram: a Febre Amarela, a Variola e a Peste Bubônica. As características fundamentais que facilitaram a chegada da peste à cidade e sua posterior disseminação foram: crescimento populacional e intensa atividade comercial, aliados a uma precária estrutura de armazenamento de alimentos, saneamento e esgoto, que, ao proverem esconderijos e alimentos fartos para os ratos, facilitaram o crescimento de sua população, que se espalhava pela cidade”. SOUZA, Vagner Pereira de, PIVA, Teresa de Carvalho. **A Peste Bubônica no Rio de Janeiro e o Instituto Soroterápico Federal**, s/d., p. 702.

Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Vagner%20Souza.pdf> Acesso em 02 de agosto de 2019.

Guinle & Cia. tendo fornecido materiaes electricos ao Instituto Profissional [João Alfredo], nas importancias de oito contos quatrocentos e setenta e tres mil réis (8.473\$000), dois contos cento e setenta e sete mil réis (2.177\$000), nove contos novecentos e trinta e quatro mil réis (9.934\$000) e cinco contos setecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos réis (5.755\$600) ou no total de vinte e seis contos trescentos e trinta e nove mil e seiscentos réis (26.339\$600) no exercicio de 1909, materiaes estes que para a sua entrega demandou de longo prazo; apresentaram as contas destes fornecimentos no corrente exercicio, datadas porem de Novembro e Dezembro de 1909, pelo motivo acima exposto, independente de sua vontade, acham-se os Supplicants até a presente data sem o pagamento das referidas importancias, por isso vêm respeitosaemente solicitar de V. Exa. o respectivo pagamento.
Nestes termos, pede deferimento.
Ass. Guinle & Cia (Fonte: código 38.4.3. Documentação avulsa. AGCRJ – grafia original).

A assertiva supracitada nos fornece sinais de que as ações pedagógicas do IPJA integravam o movimento de remodelação urbana e do processo de industrialização da cidade do Rio de Janeiro. Tais materiais foram importados de Nova York, Estados Unidos da América, por esta empresa, para serem utilizados na formação prática não só de eletricitistas, mas também de carpinteiros, ferreiros e torneiros mecânicos.

Com essa aquisição, num preço total de 26.339\$600 contos, pelo qual autorizou o prefeito o fornecimento, foram instaladas sete máquinas,

com as suas competentes instalações electricas [...], bem como a instalação de outras nove machinas na officina de electricidade; completou-se também a nova instalação da luz electrica nos dormitórios e varandas [...] (BRAGA, 1925, p. 87 – grafia original).

Neste momento, creio ser importante ressaltar que entre 1916 e 1927, ocorrem mudanças relacionadas às questões econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, como, por exemplo, o deslocamento do polo industrial do Rio de Janeiro para São Paulo, como já mencionado. Em termos culturais, em 1922, inserida nas comemorações pelo Centenário da Independência, aconteceu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; e o Rio de Janeiro sediou a Exposição Universal. Contudo, o clima não era só de festas. Houve tensões políticas agravadas pelo movimento tenentista, cujas lideranças não reconheciam a derrota de Nilo Peçanha nas eleições presidenciais de março de 1922. Então, os militares envolvidos foram presos e processados⁸; no campo educacional, o movimento de Escola Nova. Como demonstrado, em 1916 o ensino profissional modificou-se e observou-se aumento de demanda por vagas, no IPJA, durante toda a década de seguinte. A educação profissional “sólida e eficaz” defendida por Fernando de Azevedo (1927) seria a

⁸ Verbete: Anos 20 – centenário da Independência. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia>. Acesso em 03 de junho de 2019.

possibilidade de retirar desse segmento de ensino “a conotação que o acompanhava de ser destinado aos desvalidos” (CUNHA, 2000).

O programa de ensino do IPJA foi o mesmo das demais escolas profissionais do Distrito Federal, mas houve preocupação dos legisladores pela manutenção do perfil da clientela. Nessa medida, em relação ao perfil do candidato à matrícula no IPJA, em todas as reformas e regulamentos apresentados, prioritariamente, exigia-se que o menor fosse órfão pobre, cuja condição social deveria ser comprovada por meio de documentos apresentados no ato do requerimento à matrícula pelo responsável legal do menor.

Após essas considerações, é significativo ponderar que as fontes consultadas e analisadas nos permitiram demonstrar que as diferentes concepções de ensino profissional estavam relacionadas com o que as autoridades municipais entendiam, discursavam e decretavam para essa modalidade de ensino. Ou seja, um quadro de descontinuidades em direção à reorganização de um programa de ensino profissional em que, cada vez mais, no IPJA, foi se centrando na formação de operários para os setores ligados à eletrotécnica e à mecânica.

Dessa forma, observa-se que de 1894 a 1916 marcou presença os ofícios com características mais artesanais, ou seja, carpinteiro, marceneiro, torneiro, e outros, por exemplo. No segundo momento, esses mesmos ofícios passaram a integrar seções diversas e, nesse sentido, o objetivo do ensino profissional foi direcionado para atender a mão de obra exigida pelas fábricas e/ou indústrias nascentes. A redefinição do ensino profissional do IPJA representava a reformulação de seus objetivos: deslocava-se a formação de natureza artesanal para formar operários especialistas para as indústrias. Em face disso, infere-se que o IPJA assumia uma “feição secundária” (BRAGA, 1925, p. 156), devido à amplitude de seu programa de ensino, antes mesmo do Decreto de nº 3.864, de 30 de abril de 1932 (SILVA, 1936, p. 183), que o transformara em Escola Técnica Secundária.

Dessa forma, o plano de ação daquela municipalidade estimulou a ampliação do programa de ensino profissional do IPJA, proporcionando o estabelecimento do conhecimento especializado em eletromecânica. Quanto aos alunos, se, por um lado, durante os anos de 1920 houve um aumento substancial no número de matrículas no IPJA, indiciando uma demanda pelo ensino profissional, por outro, observou-se que a maioria absoluta daqueles alunos não completou o curso profissional. Sinais de que a implementação das políticas de assistência pela profissionalização, na instituição em análise, apresentou limites.

Um outro aspecto a ser destacado é que a análise das transformações físicas e pedagógicas do IPJA permitiu percebê-lo na dimensão da cultura material escolar. Por outras palavras, cultura material escolar percebida por meio de diferentes materiais que foram importados da Europa para que as oficinas da instituição se adequassem à “moderna indústria” dos ofícios pelo advento da energia elétrica na instituição de ensino profissionalizante. Por tudo isso, as ações e articulações cotidianas existentes na reorganização do IPJA foram definidas, em grande parte, por uma certa cultura material escolar dotada de sentido apenas para aquele ambiente asilar/escolar. Isto é, como um dos elementos constitutivos das práticas escolares do IPJA.

Por fim, acrescente-se que destaquei o que poderíamos considerar como cultura material escolar e a fertilidade do uso dessa categoria para a percepção da dinâmica dos diferentes sujeitos envolvidos com a compra dos materiais para aparelhamento das oficinas e por extensão a aprendizagem de um ofício, dentre outros. Tal movimento contribui para qualificar o espaço e o lugar do IPJA, enquanto instituição de assistência social escolar, aquém da escola regular.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Novos caminhos e novos fins**: a nova política de educação no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação pública em São Paulo**. Problemas e Discussões. Inquérito para o ‘O Estado de São Paulo’, em 1926. Série 5ª. BRASILIANA – Vol. 98. Bibliotheca Pedagógica Brasileira. São Paulo: 1937. Ref. 981 B823 V.98.

Anuário Estatístico do Brasil. Ano V e serviço Nacional de Recenseamento. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_pdf/populacao/1950/populacao1950aeb_02.pdf
Acesso em junho de 2014.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal – Decreto N. 2.940, de 22 de novembro de 1928. Rio de Janeiro.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 1.066, de 19 abril de 1916. Dá novo regulamento as escolas profissionais.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 1.730, de 5 de janeiro de 1916. Dá novo regulamento as escolas profissionais.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 838, de 20 out 1911. Reforma a lei do Ensino Primário, Normal e Profissional. Out/1911, p. 21-44.

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Decreto N. 282 de 27 de fevereiro de 1902. Dá regulamento ao Ensino Profissional.

BRAGA, José Theodoro de Medeiros. **Subsídios para a memória histórica do Instituto Profissional João Alfredo** – desde a sua fundação até o presente (1875 – 14 de março de 1925). Rio de Janeiro: Santa Cruz, 1925.

CARNEIRO LEÃO, Antônio. **O Brazil e a Educação Popular.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 2ª Ed. 1918.

Coleção de leis municipais e vetos do Distrito Federal. Rio de Janeiro, (1892-1894). Organizada por Alvarenga Fonseca, Tipografia do Jornal do Comércio, 1897.

Código 38-4-3 - “Documentação avulsa - ofício do Director ao Prefeito do Distrito Federal” - 1893.

CALDEIRA, Sandra Maria. **Os serviços estatísticos em Minas Gerais na produção, classificação e consolidação da instrução pública primária (1871-1931).** 2008. Dissertação de Mestrado em Educação - Faculdade de Educação da USP.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. 3º Tomo. Brasileira Pedagógica.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

CAMARA, Sonia. **Sob a guarda da República.** A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília (DF): Flacso, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 7ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica Federal, 1986. 5v.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital. Estudo sobre a construção da imagem política de Pereira Passos. In: **Revista Rio de Janeiro**, n.º 10. Maio/agosto de 2003.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial** – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HAHNER, E. June. **Pobreza e Política.** Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. (Memória carioca; v. 2).

KUHLMANN, Jr. Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de KUHLMANN, Jr. Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 459-503.

LIMA BARRETO. **Clara dos anjos**.

Disponível em <http://www.culturabrasil.org/zip/claradosanjos.pdf> Acesso em junho de 2014.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carneiro Leão e a Questão da Educação Superior. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Goiás, 2006.

Mensagens dos Presidentes das Províncias. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> Acesso em: maio de 2014.

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. 2 de abril de 1912, Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1912.

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal. 2 de abril de 1904, Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio, 1904.

Mensagem do Prefeito do Districto Federal. 1º de Junho de 1929. Rio de Janeiro, Off. Graphics do Jornal do Brasil, 1929.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Construindo a Nação: Liga Contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro (1916-1919)”. **Anais do XII Encontro Regional de História**, Niterói, Anpuh/RJ, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vanessa%20Carvalho%20Nofuentes.pdf>. Acesso em março de 2019.

MOREIRA, Antônio Flavio e CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura/s: construindo caminhos. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.23, mai/jun/jul/ago 2003.

NUNES, Clarice, HERSCHMANN, Micael, KROPF, Simone (Orgs.). **Missionários do Progresso**. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937. Rio de Janeiro: Doadorim, 1996.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

SAES, Alexandre Macchione. Light versus CBEE: capital nacional e estrangeiro na modernização da cidade do Rio de Janeiro. (1905-1915). IN: **Revista Territórios e Fronteiras** V.1 N.2 – Jul/Dez 2008, p. 165-195.

SCHMITT, Juliana Campos. **A escola quanto instituição democrática que sofre influência da cultura em seus processos democráticos e organizacionais.** Mimeografado.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 23 de junho de 2014.

SILVEIRA, Carmem Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade de Memória na cidade do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado (Planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004, 362 f.

SILVA, Octacílio Augusto. **O ensino popular no Distrito Federal.** Rio de Janeiro, Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre da. Cultura e instituição escolar: os processos de dominação e a organização, a gestão e as práticas docentes. **Linhas Críticas**, vol. 15, núm. 29, julho-diciembre, 2009, pp. 307-326. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

SOOMA SILVA, José Cláudio, BORGES, Aline Danielle Batista; PEREIRA, Kelly. Acima de Qualquer Suspeita: disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. In: VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2008, Porto. **VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania.** Porto, São Paulo: SPCE; ANPED; SBHE, 2008. v. 1.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **“Útil a si e a sua Pátria”:** Educação e Instrução na Corte Imperial. (1870-1889). Monografia de conclusão do Curso de Pedagogia. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Maria Zelia Maia de; SOOMA SILVA, José Cláudio. **Corpos educados, perigos controlados:** as contribuições da ginástica escolar para a remodelação urbana carioca. **Roteiro, edição especial**, 2013, p. 237-254.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens pelo Progresso:** O Conselho Municipal e a Instrução Pública na Capital Federal (1892-1902). 172 f. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação Social: Um campo de investigação para a História da Educação. In: **Tempo de cidade, lugar de escola.** História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”. PESSANHA, Eurize Caldas, GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2012.

Verbete: Anos 20 – **centenário da Independência.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia>